

STJ00120224

LUIZA LEITE • JOSÉ GUILHERME COSTA
C O O R D E N A Ç Ã O

**PRÁTICA
TRIBUTÁRIA**

NOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Temas fiscais na jurisprudência do STF e STJ

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

PRÁTICA TRIBUTÁRIA NOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Temas fiscais na jurisprudência do STF e STJ

Luiza Leite e José Guilherme Costa
Coordenação

© desta edição [2024]

THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA.

ALEXANDRE FERREIRA MATTIOLI E JULIANA MAYUMI ONO
Diretores Responsáveis

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 – 13º andar – Vila Olímpia
CEP 04548-005, São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Os autores gozam da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhes a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seu trabalho.

Central de Relacionamento Thomson Reuters Selo Revista dos Tribunais

(atendimento, em dias úteis, das 09h às 18h)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sacrt@thomsonreuters.com

e-mail para submissão dos originais: aval.livro@thomsonreuters.com

Conheça mais sobre Thomson Reuters: www.thomsonreuters.com.br

Acesse o nosso eComm

www.livrarart.com.br

Impresso no Brasil [04-2024]

Profissional

Fechamento desta edição [01.03.2024]



ISBN 978-65-260-1607-7

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
1. CRÉDITOS DE PIS/COFINS “VINCULADOS” A OPERAÇÕES COM PRODUTOS SUJEITOS A TRIBUTAÇÃO CONCENTRADA	17
LÍVIA LEAL FERNANDES SATURNINO DE MORAES e JOSÉ GUILHERME COSTA	
Introdução.....	17
1. Tema Repetitivo STJ nº 1093	19
2. Tema de Repercussão Geral STF nº 756.....	23
2.1. Como foi.....	23
2.2. E se?.....	24
3. “Créditos vinculados” e a extensão do art. 17 da Lei nº 11.033/2004	26
4. Créditos possíveis e a visão madura do CARF em 2022	30
Conclusão	34
2. O ARTIGO 150, § 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A NÃO DEFINITIVIDADE DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA DA CONTRIBUIÇÃO AO PIS, COFINSE DO ICMS...	37
JANSSEN MURAYAMA, MARIANA DE OLIVEIRA FERREIRA e MARIANA VALENÇA	
1. Panorama geral e Temas nºs 201 e 228 do STF	37
2. Entendendo o regime da substituição tributária na sistemática do PIS/COFINS e do ICMS	38
3. O direito ao ressarcimento do ICMS recolhido a maior na substituição tributária...	41
4. “Vento que venta lá venta cá”: o dever de complementação do ICMS recolhido a menor na substituição tributária.....	45
5. A criação de regimes especiais pelas Fazendas Estaduais	46
6. Conclusão.....	48
Referências bibliográficas.....	49
3. IRPJ E CSLL SOBRE SELIC: O TEMA 962 E SUAS “TESES-FILHOTES”	51
GIUSEPPE PECORARI MELOTTI, LUIZ GUSTAVO A. S. BICHARA e THAÍSSA VALLE	
1. Generalidades	51
2. Os desdobramentos e “teses-filhotes” do Tema 962	57
2.1. Não incidência do PIS e da COFINS sobre os valores relativos à SELIC recebida na repetição do indébito tributário.....	57

2.2.	Não incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à SELIC recebida no levantamento de depósitos judiciais	59
3.	Não incidência de IRPJ e CSLL sobre os juros de mora e correção monetária recebidos em decorrência de inadimplemento de contratos privados	60
4.	Conclusão	63
4.	O CONCEITO DE INSUMO PARA FINS DE CREDITAMENTO DO PIS E DA COFINS, À LUZ DOS JULGAMENTOS DOS TEMAS REPETITIVOS 779 E 780 DO STJ (RECURSO ESPECIAL Nº 1.221.170/SP) E DO TEMA 756 DAS REPERCUSSÕES GERAIS DO STF (RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 841.979/PE)	65
	ALEXANDRE LUIZ MORAES DO RÊGO MONTEIRO e MARCELO EMERY DE SIQUEIRA PINTO	
1.	Generalidades	65
2.	Breves considerações sobre a não cumulatividade constitucional para as contribuições ao PIS e da COFINS	66
3.	O conceito de insumo para tomada de créditos de PIS e COFINS. Análise das distintas interpretações sobre a previsão do artigo 3º, II, das Leis n.º 10.637/2002 e n.º 10.833/2003	69
4.	O conceito de insumo e a atividade de comércio	76
5.	Síntese conclusiva	79
5.	TRANSAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE PARTES VINCULADAS E PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA (ARESP 511.736/SP)	81
	FRANCISCO LISBOA MOREIRA	
1.	Introdução	81
2.	O AREsp 511.736/SP	81
3.	O PRL e as questões em debate no AREsp 511.736/SP	83
4.	Os avanços com a Lei n. 14.596/2023	89
5.	Conclusão	91
6.	APLICABILIDADE NO MUNDO DIGITAL DA DECISÃO DO STF SOBRE TRIBUTAÇÃO DE SOFTWARE E O CONCEITO DE SERVIÇO/MERCADORIA (ADIS 5.659/MTE 1.945/MG)	93
	DORIS CANEN e MARIANA ABRAHÃO FRANCO	
1.	Introdução: a relevância dos conceitos no mundo digital	93
2.	Conflito de competência e entendimento do STF nos julgamentos ca ADI 1.945/MTE e ADI 5.659/MG	97
3.	Aplicabilidade prática das decisões proferidas nas ADIs 5.659/MG e 1.945/MT ...	107
4.	Conclusão	109

7. ISS NA CONSTRUÇÃO CIVIL E A DEDUTIBILIDADE DOS MATERIAIS EMPREGADOS – UMA REVISÃO DOS JULGAMENTOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES NOS TEMAS 247 DO STF E SÚMULA 167 DO STJ	111
CAROLINA SENA VIEIRA e CAROLINE CAMILO DAGOSTIN	
1. Generalidades	111
2. Sobre a regra matriz de incidência do ISS	113
3. Do critério quantitativo do ISS	117
4. Da base de cálculo do ISS dos itens 7.02 e 7.05 na visão do STJ e do STF	120
5. Conclusão	130
8. A TRIBUTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSERÇÃO DE TEXTOS PUBLICITÁRIOS: ICMS OU ISS?.....	133
GUILHERME CHAMBARELLI e ALANA DE CASTRO BARBOSA	
1. Generalidades	133
2. Entendimento do caso.....	134
3. O ISS e conceito de serviços segundo o STF	134
4. O ICMS e as atividades-meio	136
5. A incidência do ISS sobre serviços de inserção de textos publicitários e de propaganda em qualquer meio	137
6. Conclusão	138
9. A POSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO DO VALOR CORRESPONDENTE AO ICMS-ST DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO AO PISE DA COFINS DEVIDAS PELO CONTRIBUINTE SUBSTITUÍDO.....	139
ANA PAULA SAUNDERS	
1. Introdução.....	139
2. Os Recursos Especiais nºs 1.896.678 e 1.958.265	140
2.1. O REsp nº 1.896.678	140
2.2. O REsp nº 1.958.265	141
3. O regime de substituição tributária no ICMS	142
4. Algumas importantes decisões.....	145
5. O voto do Ministro relator Gurgel de Faria	152
6. Conclusão: o que se esperar do julgamento do STJ	152
Bibliografia	153
10. ANTERIORIDADE NONAGESIMAL E OS IMPACTOS NOS BENEFÍCIOS FISCAIS: UMA ANÁLISE DA ADI 7.181/DF E OS BENEFÍCIOS ESTABELECIDOS PELA LC 192/2022	155
LUIZA LEITE	

Introdução.....	155
1. Tema Repetitivo nº 1.093 vs. Lei Complementar nº 192/2022	156
2. MP nº 1.118/2022 vs. ADI nº 7.181/DF	158
3. Lei Complementar nº 192/2022 vs. Lei Complementar nº 194/2022.....	161
Conclusão	163
11. ICMS-ST NAS BASES DE CÁLCULO DO PIS/ COFINS. REFLEXÕES SOBRE A DISCUSSÃO OBJETO DO TEMA REPETITIVO 1.125 DO STJ.....	165
FERNANDA DRUMMOND PARISI	
1. Introdução.....	165
2. ICMS-ST “para frente” nas bases de cálculo do PIS e da COFINS: autonomia da discussão mesmo ante a similitude com o Tema 69 da Repercussão Geral	166
3. Receita bruta e faturamento X ICMS-ST.....	168
4. Ponderações sobre o custo de aquisição no contexto fático-normativo sob análise	172
5. Violação à isonomia.....	173
6. Conclusões.....	174
12. NÃO APLICAÇÃO DO ARTIGO 166 DO CTN NA RESTITUIÇÃO DE ICMS-ST – STJ (RESP 525.625/RS).....	177
LEONARDO NUÑEZ CAMPOS e PEDRO RAMOS SANTOS BISNETO	
1. Generalidades	177
2. Entraves criados pelos Estados para a restituição do valor devido aos contribuintes.....	181
2.1. Imposição dos requisitos do artigo 166 do CTN pela Lei n. 14.183/2019 do Estado da Bahia.....	183
3. Inaplicabilidade do art. 166 aos casos de restituição de ICMS-ST: uma análise do REsp 525.625/RS	184
3.1. Breve histórico do caso	185
3.2. Voto do Ministro relator Francisco Falcão (fundamentação vencida).....	185
3.3. Voto-vista da Ministra Assusete Magalhães	186
4. Conclusão.....	188
5. Referências.....	188
13. INCLUSÃO DA TARIFA DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO (TUST) E DA TARIFA DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO (TUSD) NA BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS (ICMS) INCIDENTE SOBRE ENERGIA ELÉTRICA. TEMAS 956/STF E 986/STJ.....	191
PAULO HENRIQUE GARCIA D'ANGIOLI, RODRIGO TOMIELLO DA SILVA e JOSÉ GUILHERME COSTA	

Introdução.....	191
1. TUSD e TUST na base de cálculo do ICMS sobre energia elétrica	192
2. Até 2022: competência aparente do STJ para solução.....	198
3. LC 194/22, ADI 7195 e o retorno do Supremo	203
Conclusão	208
14. AS SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO E OS REFLEXOS TRIBUTÁRIOS NO JULGAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS EM RELAÇÃO AO DECIDIDO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	211
ANDRÉA DUEK SIMANTO B	
1. Introdução.....	211
2. Breves considerações sobre o conceito de subvenções.....	212
3. Análise do Parecer Normativo CST nº 112/1978 à luz das subvenções governamentais.....	213
4. Histórico das subvenções para investimento pré Lei Complementar nº 160/2017.....	215
4.1. Da “Guerra Fiscal” entre os Estados-Membros da Federação.....	217
4.2. Do CONFAZ.....	218
4.3. Dos objetivos da Lei Complementar nº 160, de 07 de agosto de 2017.....	218
4.4. Dos vetos aos dispositivos legais da Lei Complementar 160/2017 e suas razões.....	220
4.5. Da derrubada dos vetos pelo Congresso Nacional.....	220
5. Impactos da Lei Complementar 160/2017 nos julgamentos de processos administrativos tributários e os precedentes emanados pelas Cortes Superiores do Poder Judiciário brasileiro.....	221
6. Conclusões.....	226
7. Referências.....	227
15. USO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA – VIABILIDADE SEGUNDO A JURISPRUDÊNCIA DO STF	229
HAMILTON DIAS DE SOUZA e HUGO FUNARO	
1. Introdução.....	229
2. Cabimento de medidas provisórias em matéria tributária.....	230
3. Limitações ao uso de medidas provisórias em matéria tributária.....	231
4. Conclusão.....	236
16. LIMITAÇÃO DA COISA JULGADA PELO STF E A MODULAÇÃO DE EFEITOS.....	237
ARIANE COSTA GUIMARÃES e ROBERTO QUIROGA MOSQUERA	

14 • PRÁTICA TRIBUTÁRIA NOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Introdução.....	237
1. A orientação do Supremo Tribunal Federal sobre os efeitos das decisões judiciais no ordenamento jurídico	238
2. A modulação de efeitos e seus contornos teóricos.....	240
3. A modulação de efeitos da orientação do Supremo Tribunal Federal sobre os efeitos das decisões judiciais no ordenamento jurídico: análise de seu cabimento....	244
Considerações finais.....	251

17. ADC 84 – ANTERIORIDADE E A REVOGAÇÃO DOS DECRETOS 11.321/2022 E 11.322/2022 253

EDUARDO BARBOZA MUNIZ e LIS AGUILEIRA

Introdução.....	253
1. Da abordagem heurística – Anterioridade como princípio e regra	254
2. Da revogação dos Decretos 11.321 e 11.322, de 30.12.2022	256
3. Considerações finais	262
Bibliografia	263

18. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA (SÚMULA VINCULANTE 8 DO STF)..... 265

MOZART RODRIGUES FILHO

19. O POSICIONAMENTO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE EM EXECUÇÃO FISCAL TRIBUTÁRIA E UMA BREVE REFLEXÃO QUANTO À SUA APLICABILIDADE NA ESFERA ADMINISTRATIVA 273

CATARINA BORZINO e BEATRIZ GUIMARÃES

1. Generalidades	273
2. A origem da prescrição intercorrente.....	276
3. O Tema 390 (RE 636.652) fixado pelo STF.....	280
4. A contagem do prazo da prescrição intercorrente na visão do STJ.....	284
5. Prescrição intercorrente no processo administrativo fiscal	287
6. Conclusões.....	290
7. Referências.....	291

20. STJ E RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA PESSOAL DE ADMINISTRADORES DE PESSOAS JURÍDICAS (TEMAS 962 E 981)..... 295

CARLOS ADOLFO T. DUARTE e ROSA MARIA DE CASTRO

Introdução.....	295
1. Responsabilidade pessoal do administrador por simples inadimplemento do tributo	296

2.	Dissolução irregular da pessoa jurídica	300
3.	Tema 962 (Recursos Especiais nº 1.377.019/SP, 1.776.138/RJ e 1.787.156/RS)...	302
4.	Tema 981 (Recursos Especiais nº 1.645.333/SP, 1.645.281/SP e 1.643.944/SP)...	304
5.	Conclusão.....	306
21.	SEGURANÇA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E A AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE Nº 84: ANÁLISE DO IMPACTO DA VACATIO LEGISE DA REGRADA ANTERIORIDADE NONAGESIMAL NO DECRETO Nº 11.374/2023.....	309
	DANIELLE NASCIMENTO DE SOUZA LINHARES e PEDRO HENRIQUE VIEIRA GRECA MONTEIRO	
	Introdução.....	309
1.	Fatos que deram origem à Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 84.....	311
2.	Tramitação processual da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 84.....	313
3.	Vigência, vigor e eficácia das normas jurídicas.....	314
4.	Análise acerca da segurança jurídica	314
4.1.	Segurança jurídica x segurança não jurídica	315
4.2.	Sentidos de segurança jurídica	316
4.3.	Segurança jurídica, anterioridade nonagesimal e majoração do percentual da alíquota das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS.....	316
	Conclusão	319
	Referências.....	319
22.	O DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA DO ICMS NO COMÉRCIO ELETRÔNICO DE MERCADORIAS DESTINADAS A CONSUMIDOR FINAL, A LEI COMPLEMENTAR Nº 190, DE 2022 E O PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE ANUAL	323
	FELIPE KERTESZ RENAULT, TADEU PURETZ e PATRÍCIA SANT'ANNA VARELA	
1.	Generalidades	323
2.	Da observância de Lei Complementar para cobrança do diferencial de alíquota – DIFAL do ICMS nas operações interestaduais destinadas a consumidor final.....	324
3.	Da Lei Complementar nº 190, de 2022 e da observância ao princípio da anterioridade anual	330
4.	Do princípio da anterioridade anual e da sua aplicação ao ICMS-DIFAL.....	331
5.	Da discussão em âmbito judicial sobre a observância ao princípio da anterioridade anual – Primeira fase (ADIs nº 7.066, 7.070 e 7.078)	334
6.	Da discussão em âmbito judicial sobre a observância ao princípio da anterioridade anual – Segunda fase (Recurso Extraordinário nº 1.426.271 – Tema 1.266).....	337
	EPÍLOGO.....	341
	FABIO SILVA ALVES	